

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXXXXX (DF).**

**Fulano de tal**, nacionalidade, filha de Pai de tal e de Mãe de tal, estado civil, profissão, Portadora da Carteira de Identidade N. XXXXXXXXX – SSP/PI, cadastrada no CPF n. XXXXXXXX, domiciliada e residente na XXXXXXXXXX – Telefone: XXXXXXXX, CEP XXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXX, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXX**, com fulcro na legislação vigente, ajuizar a presente

<b>AÇÃO INOMINADA C/C TUTELA DE URGÊNCIA</b>
--

Em desfavor da **XXXXXXXXXXXX**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, cadastrada no CNPJ sob o n. XXXXXXXXX, Com Sede na Avenida Paulista n. XXX Xº Andar – XXXXXXXX – SP, bem como sua Mantida a XXXXX,

situada na XXXXXXXXXX – DF CEP: XXXXXXXXXX - Tel.: (XX) XXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito adiante expostas:

Preliminarmente, **a Requerente informa que é Estudante, e conta apenas com a ajuda de seu cônjuge e de seus familiares para poder sobreviver, assim, não dispõe de nenhuma renda, o que justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, cujo o pagamento das custas processuais e os honorários advocatício iriam influenciar diretamente na renda familiar** nos termos da previsão constante no **Art. 98 do Código de Processo Civil - Lei n. 13.105/2015**, eis que não pode arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

## **I - DOS FATOS**

A autora é aluna da instituição de ensino superior, na modalidade presencial da XXXXXXXX- Unidade da XXXXX, desde o primeiro semestre do ano de XXXX, **matriculada no curso de XXXXXXXX sob o número de matrícula n. XXXXXXX**, tendo ingressado regularmente através de vestibular.

Ocorre que, a Autora engravidou em XX de XXXX de XXXX, sendo que seu filho nasceu em XX de XXXXX de XXX, **desta forma, logicamente, teve que trancar a matrícula de seu 2º Semestre de XXXX, em razão do nascimento de seu filho.**

Assim, a Autora necessitou se afastar de suas atividades acadêmicas no período de XXXX a XXXXXXX de XXXXX, gozando um período mínimo de licença com seu filho.

Ocorre que, a Autora ao tentar retomar suas atividades no curso ministrado pela Requerida, no início de XXXX, e desta forma destrancar sua matrícula, **foi informada pelo Secretário da Requerida de que não poderia retornar ao curso por que não havia vaga disponível para rematrícula no curso de odontologia.**

Irresignada com a resposta da Secretaria da UNIP, a Autora, procurou o Fundo de XXXXXXXXXX – programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação – MEC, pois a Requerente custeia sua formação por meio deste (programa).

Assim, ao procurar o XXXX para saber da possibilidade de continuar o trancamento de sua matrícula por mais um semestre, foi informada de que não poderia **pois correria o risco de ter seu convênio cancelado, uma vez que o programa em apreço somente permite a realização de um trancamento por até 2 semestres consecutivos**, sendo que pelo fato de já ter transcorrido mais de XX meses do início de sua formação, não seria possível manter o trancamento da forma proposta pela Requerida.

Nesse ponto, **transcrevemos a informação constante do site do XXXX:**

**44 — Por quanto tempo o estudante poderá solicitar a suspensão temporária da utilização do financiamento?**

**A utilização do financiamento poderá ser suspensa temporariamente por até XX (XX) semestres consecutivos**, por solicitação do estudante e validação da Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) do local de oferta de curso, ou por iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), agente operador do FIES.  
(<http://sisfiesportal.mec.gov.br/faq.html>)

Em XX de XXXX deste ano a Autora procurou a Defensoria Pública, tendo sido oficiado a Requerida (**Ofício n. 26/2016, de 02/03/2016 - que segue em anexo**), para saber os reais motivos que impediram a Autora de

efetivar sua matrícula e retomar sua formação, **contudo, até o presente momento não houve resposta daquela Universidade.**

Como se observa, a Requerida sequer explicou os motivos pelos quais indeferiu o pedido de retorno da Requerente ao curso que anteriormente cursava, demonstrando que se trata de atividade abusiva e ilegal.

Desta forma, sem poder retomar suas atividades acadêmicas, e terminar sua formação a Requerente não viu outra alternativa senão a propositura da presente demanda de forma a ter seu direito de retornar aos bancos da Faculdade e, então poder concluir o seu curso e se forma.

Ademais, a **XXXXX já sabia da situação da Autora, pois a mesma já havia procurado a Coordenação do Curso para informar da sua condição de Gestante e que, certamente daria a luz no segundo semestre de XXXX, fato que não é nenhuma novidade para Coordenação do Curso da XXXX, logo, a Universidade deveria ter sido diligente de modo a reservar uma VAGA para a Autora para o Próximo semestre letivo, ou seja, 1º/XXXX, vez que, em regra a licença maternidade é gozada em até X (XXXX), o equivalente a um semestre letivo, MORMENTE POR SER UM DIREITO INDISPONÍVEL DA GESTANTE.**

## **II - DO DIREITO**

Não obstante a presente demanda deva se analisada em face de diversos diplomas legais, tais como a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, temos que a lei n. 6.202/1975, garante a aluna gestante três meses a ser assistida pelo **regime de exercícios domiciliares, fato que sequer foi oportunizado à Autora, conforme consta do Art. 1º da Lei em comento, conforme segue ementado abaixo.**

*Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.*

Ao analisar o Regimento Interno da Faculdade, o Manual do Aluno, e o contrato de prestação de serviços, não verificamos nenhuma previsão de **TRANCAMENTO POR MOTIVOS DE GRAVIDEZ**, fato que colide diretamente com os direitos da Autora, em especial sua dignidade de pessoa humana, que deve ser respeitada nesta fase tão delicada do nascimento do filho.

Ademais, o Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/90, ao regular a relação de consumo, inovou nas questões em que fornecedores e consumidores integram a relação jurídica, no que concerne a matéria probatória, ao facultar ao magistrado a determinação da inversão do ônus da prova em favor do consumidor, trazida no art. 333 do Código de Processo Civil. Neste momento, cumpre transcrever o Art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor:

"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...) Omissis

VIII- A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência". (Grifamos)

Da simples leitura deste dispositivo legal, verifica-se, ter o legislador conferido ao juiz, a incumbência de poder inverter o ônus da prova.

Não existem dúvidas que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável ao caso em tela, tendo em vista que o Apelado se enquadra na descrição do art. 2º do diploma consumerista, pois utilizador de um serviço prestado pelo Apelante. Consequentemente, sendo esta prestadora de serviços, enquadra-se no disposto no art. 3º e seu §2º, do mesmo código.

O CDC, em seu art. 6º, que dispõe sobre os direitos básicos do consumidor, estabelece em seu inciso VIII, que o consumidor tem direito a inversão do ônus da prova, como forma de “proteger os mais fracos contra os mais poderosos, o leigo contra o melhor informado”, nas palavras de Gerard Cás.

*“Art. 6º: São direitos básicos do consumidor:*

*(...)*

*VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, **inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor**, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quanto for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;”* (grifo nosso).

Consoante se depreende do dispositivo transcrito, a inversão do ônus da prova é deferida quando as alegações da parte consumidora se mostrarem verossímeis, ou quando a parte for hipossuficiente. Pela análise dos documentos juntados aos autos, verifica-se que as alegações do autor possuem vasto alicerce probatório, se demonstrando mais que verossímeis, o que já foi exposto em momento anterior. Deste modo, estando presentes os requisitos a que dispõe o inciso VIII do art. 6º do CDC, a inversão do ônus da prova em favor da Recorrida se faz inafastável. É ler:

*PROCESSO CIVIL. CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO CONSUMIDOR. CAESB. COBRANÇA ACIMA DO CONSUMO MÉDIO. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. APELAÇÃO. DESPROVIMENTO. **Havendo verossimilhança do direito alegado, bem como hipossuficiência econômica do consumidor, faz-se pertinente a inversão do ônus da prova.** A presunção de veracidade das alegações da administração pública não é absoluta, podendo sucumbir mediante circunstâncias em sentido contrário. Se o valor da fatura é muito elevado, em razão de o consumo ser muito superior à média dos meses anteriores, e a prestadora do fornecimento de água não demonstra a existência de fato modificativo ou extintivo do direito do autor, é necessário que o valor da fatura seja reajustado de acordo com a média aritmética dos 6 meses anteriores. (20070111107990APC, Relator LÉCIO RESENDE, 1ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 24/11/2008 p. 67).*

Por fim, não custa lembrar que, de acordo com o art. 1º do CDC, as normas desse código são de ordem pública, podendo ser aplicadas a qualquer momento.

## II - DA TUTELA DE URGÊNCIA

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando se fazem presentes os pressupostos do art. 300 e ss do CPC.

Pelo regramento processual, basta que o juiz faça uma sumária cognição para deferir a tutela de urgência.

No caso em tela, a **probabilidade do direito** encontra-se por demais evidenciada, na medida em que os documentos anexos comprovam que a Requerente é aluna da Requerida, tendo ocorrido o trancamento de sua matrícula por motivo do nascimento de seu filho. O periculum in mora, do mesmo modo, está configurado pela necessidade premente da Requerente em retomar seus estudos, sob pena de vir a perder sua bolsa do programa XXXX.

Ademais, não haverá risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão, que pode ser modificada a qualquer momento, sendo que a única pretensão da Autora é retornar aos bancos da Universidade e concluir seu curso, com o devido pagamento dos valores das mensalidades devidas a favor da Requerida

## III - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer:

A) seja concedido os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

A.1) sejam deferidos os efeitos da tutela provisória de urgência para se determinar que a Requerida proceda a matrícula da Requerente nas matérias do Xº semestre do ano de XXXXX no curso de XXXXXX, devendo permitir a Requerente realizar as mesmas provas/trabalhos disponibilizadas

para sua turma, sob pena de pagamento de multa diária não inferior a R\$ XXXXXXXXX;

B) ante a existência de relação de consumo seja invertido o ônus da prova a favor da Requerente;

C) A citação do Requerido, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Requerente na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

D) ao final a demanda seja julgada procedente para confirmar a tutela provisória de urgência, caso seja deferida *initio litis*, ou do contrário, deferi-la ao final da sentença, para se condenar a Requerida à obrigação de fazer, de modo que proceda a matrícula da Requerente nas matérias do Xº semestre de XXXX do curso XXXXXX, devendo permitir a Requerente que realize as provas/trabalhos disponibilizadas para sua turma, sob pena de pagamento de multa diária não inferior a R\$ XXXXXX;

Provará o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela prova documental acostada aos autos, pela prova testemunhal, prova pericial, depoimento pessoal da Requerente e representante legal da Requerida.

Valor da causa: R\$ XXXXXXXX.

Nestes termos,

Pede deferimento.

XXXXXXX-DF,     XX de XXXXXX de XXXX.



**FULANO DE TAL**

*REQUERENTE*

**FULANO DE TAL**

*DEFENSOR PÚBLICO*